

A rede urbana do Espírito Santo no século XXI: uma análise da trajetória de Colatina

Rômulo Croce e Eneida Maria Souza Mendonça

Rômulo CROCE

Universidade Federal do Espírito Santo; Centro de Artes; Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.
romulocroce@gmail.com

Eneida Maria Souza MENDONÇA

Universidade Federal do Espírito Santo; Centro de Artes; Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Programa de Pós-Graduação em Geografia. eneidamendonca@gmail.com

CROCE, Rômulo; MENDONÇA, Eneida Maria Souza. A rede urbana do Espírito Santo no século XXI: uma análise da trajetória de Colatina. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 19, e 523, abr. 2025

data de submissão: 21/08/2024

data de aceite: 25/02/2025

DOI: 10.51924/revthesis.2025.v10.523

Contribuição de autoria: Concepção; Curadoria de dados; Análise; Coleta de dados; Metodologia; Software; Redação – rascunho original; Redação - revisão e edição: CROCE, R. Concepção; Análise; Metodologia; Supervisão; Validação; Visualização; Redação - revisão e edição: MENDONÇA, E. M. S.

Conflitos de interesse: Os autores certificam que não há conflito de interesse.

Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo – FAPES e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Termo de Outorga Nº 863/2023 - EDITAL FAPES Nº 28/2022 – UNIVERSAL. Processo Nº 408654/2023-6 – Chamada CNPq/MCTI Nº 10/2023 - Faixa B – Grupos Consolidados. Processo Nº 307942/2022-8 - Chamada CNPq Nº 09/2022 - Bolsas de Produtividade em Pesquisa - PQ. Edital: FAPES nº 10/2020 - PROCAP DOUTORADO 2021, Resol. CCAF 261/2020, Protocolo: 44325.690.18862.30112020, Bolsa FAPES Nº FAPES: 048/2021.

Aprovação de ética: Os autores certificam que não há conflito de interesse.

Uso de I.A.: Os autores certificam que não houve uso de inteligência artificial na elaboração do texto.

Editores responsáveis: James Miyamoto e Isis Pitanga

Resumo

A pesquisa investiga os rebatimentos socioespaciais provocados pelo processo de reestruturação macroeconômica do estado do Espírito Santo, em sua rede urbana, com foco no atual papel desempenhado por cidades médias não metropolitanas. Procura-se apontar as principais tendências espaciais observadas nessa rede, objetivando uma primeira aproximação com as dinâmicas que têm contribuído para a manutenção da preponderância regional do município de Colatina. Os principais resultados apontam para uma tendência de urbanização estendida, a leste da BR-101, e de urbanização concentrada nos polos tradicionais não metropolitanos, a oeste da BR-101, que, no contexto de Colatina, pode estar relacionada à manutenção de sua primazia regional. Este movimento, por sua vez, demonstra que a rede urbana estadual se mantém desequilibrada.

Palavras-chave: rede urbana, cidades médias, Colatina, Espírito Santo.

Abstract

The research investigates the socio-spatial repercussions caused by the process of macroeconomic restructuring of the state of Espírito Santo, in its urban network, focusing on the current role played by non-metropolitan medium-sized cities. It seeks to point out the main spatial trends observed in this network, aiming at a first approximation with the dynamics that have contributed to the maintenance of the regional preponderance of the municipality of Colatina. The main results point to a trend of extended urbanization, east of BR-101, and urbanization concentrated in the traditional non-metropolitan poles, west of BR-101, which, in the context of Colatina, may be related to the maintenance of its regional primacy. This movement, in turn, demonstrates that the state urban network remains unbalanced.

Keywords: urban network, medium-sized cities, Colatina, Espírito Santo.

Resumen

El trabajo investiga los impactos socioespaciales provocados por el proceso de reestructuración macroeconómica del estado de Espírito Santo, en su red urbana, centrándose en el papel actual que desempeñan las ciudades intermedias no metropolitanas. El objetivo es señalar las principales tendencias espaciales observadas en esta red, buscando una primera aproximación a las dinámicas que han contribuido al mantenimiento de la preponderancia regional del municipio de Colatina. Los principales resultados apuntan a una tendencia de urbanización extendida, al este de la BR-101, y de urbanización concentrada en centros tradicionales no metropolitanos, al oeste de la BR-101, lo que, en el contexto de Colatina, puede estar relacionado con el mantenimiento de su primacía regional. Este movimiento, a su vez, demuestra que la red urbana estatal sigue desequilibrada.

Palabras-clave: red urbana, ciudades intermedias, Colatina, Espírito Santo.

Introdução

Conforme aponta Corrêa (1989; 2015), o processo de mundialização da economia encontra nas cidades, ou em sua articulação por meio de redes, uma de suas principais manifestações espaciais. Esse autor vai além, e afirma que a rede urbana pode ser compreen-

dida como “reflexo, meio e condição social” (Corrêa, 2004, p. 66), ou ainda, como “espelho” espacial e territorial da sociedade capitalista (Corrêa, 2015).

Nesse contexto, os papéis desempenhados pelas cidades em âmbitos não metropolitanos tornaram-se significativos na contemporaneidade, sendo essenciais na urbanização do território nacional (Santos, 1993) e na consolidação da expansão das relações urbanas pela sociedade (Lefebvre, 1970 [2004]; Monte-Mór, 2004; Brenner; Schmid, 2015). Como a urbanização globalizada contemporânea tem se inserido em todas as dimensões da sociedade (Brenner; Schmid, 2015), e como a cidade tem sido uma das formas mais proeminentes desse tecido urbano, a compreensão de seus papéis e de suas articulações regionais tem se mostrado relevante para o entendimento da materialidade da sociedade no território (Calixto *et al.*, 2017).

Nos entremeios dessa dinâmica, encontram-se as cidades médias. A importância de seu papel regional de intermediação entre pequenos e grandes centros urbanos, confere a estas cidades um papel estratégico na rede urbana, já que, normalmente, concentram vantagens socioeconômicas, ao mesmo tempo que mantém fortes relações com sua região circundante (Steinberger; Bruna, 2001; Sposito, 2007). A partir disso, depreende-se que o estudo das dinâmicas desta rede, por meio das relações estabelecidas por cidades médias, seja capaz de elucidar aspectos ligados à fragmentação e à desigualdade socioespacial em contexto regional. Portanto, esta pesquisa busca contribuir para a análise das interações estabelecidas por cidades médias, visando aprimorar o entendimento e a definição deste modelo de aglomeração urbana, considerando as recentes transformações econômicas impostas pelo capital globalizado (Sposito, 2007).

Adotando-se como recorte empírico e espacial a rede urbana do estado do Espírito Santo, a pesquisa investiga os rebatimentos socioespaciais provocados pelo processo de reestruturação da economia estadual, antes pautada no predomínio da pequena propriedade, e agora vinculada a bases urbano-industriais. Para isso, possui como foco Colatina, uma cidade média não metropolitana, cuja centralidade regional historicamente tem sido persistente, mesmo diante das reestruturações produtiva do estado. O recorte temporal definido para a pesquisa tem início no ano 2000, e chega até o início dessa década. Sua escolha tem como referência o início da recente dinâmica urbano-regional do Espírito Santo, relacionada a novos investimentos industriais de grande porte voltados à economia de petróleo

e gás natural (França *et al.*, 2011ab; Villaschi *et al.*, 2011; Mendes *et al.*, 2012; Ruiz *et al.*, 2013; Ferreira, 2016; Zanotelli *et al.*, 2019).

Para isso, utilizou-se como referência dados secundários relacionados às dinâmicas demográficas, fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio dos três últimos Censos Demográficos (2000, 2010, 2022) e pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) (2021), além do estudo Regiões de Influência das Cidades (REGIC) 2007 e 2018 (IBGE, 2008, 2020). Também foram adotadas, como referências complementares, estudos acadêmicos que abordam criticamente a recente dinâmica urbano-regional do estado.

No contexto deste trabalho, privilegiou-se uma abordagem de cunho multiescalar, isto é, que considerou a transversalidade entre escalas, assim como a sobreposição de seus aspectos territoriais, econômicos e sociais. Baseando-se em Brenner (2013), adotou-se a concepção de que os recortes escalares não são estanques, levando-se em consideração a interdependência e articulação entre as mais variadas escalas, sejam elas nacionais, regionais ou urbanas. No caso do Espírito Santo, tal abordagem se mostra necessária, como demonstraram Zanotelli *et al.* (2019), por se tratar de território amplamente atravessado por dinâmicas globalizadoras em razão de sua inserção no circuito econômico nacional e internacional do petróleo, o que tem impactado no processo de urbanização de todo o estado, com destaque para o litoral. Trata-se, portanto, de um processo denominado por Brenner (2013) como escalonamento e reescalonamento, o qual busca revelar a natureza heterogênea e multiforme das configurações interescares contemporâneas.

Por fim, cabe mencionar que a análise da espacialização dessas informações, o tratamento desses dados e sua transformação em tabelas e mapas georreferenciados, viabilizaram, em conjunto com a revisão de literatura, importantes reflexões capazes de apontar alguns dos principais rebatimentos deste novo ciclo econômico na rede urbana do Espírito Santo. Além disso, permitiram inicial aproximação com as dinâmicas que têm levado a resiliência de cidades médias não metropolitanas que se situam às margens dos principais fluxos econômicos capixabas.

Uma síntese da trajetória da centralidade de Colatina

Sendo pertencente à Microrregião Centro-Oeste do Estado do Espírito Santo (IJSN, 2022a), segundo limites políticos administrativos, o município de Colatina atualmente ocupa posição e cumpre papel de uma cidade média na rede urbana do estado do Espírito Santo, intermediando funções entre a Metrópole Vitória, e os municípios pertencentes à hinterlândia colatinense. Segundo bibliografia acadêmica produzida a respeito e comentada a seguir, Colatina pode ser classificada como cidade-cruzamento e cidade de passagem.

A definição de cidade-cruzamento é dada por Moraes (1954), e se baseia em seu progresso econômico impulsionado pelo encontro, em 1906, dos trilhos da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) com as margens do rio Doce, que, em seu trecho capixaba, era utilizado para escoamento de mercadorias, como o café. Como cidade de passagem, Colatina é assim classificada por Albani (2012), apoiada em Miranda (2004), devido sua localização estratégica que lhe permite interferir nos fluxos de pessoas e mercadorias no norte do estado, mas também da porção Central e Leste de Minas Gerais, por meio das demandas da mineração transportadas pela EFVM. Trata-se de um município que se estabelece enquanto cidade média, por meio de um processo histórico intimamente ligado à formação socioespacial de sua região de influência, que será brevemente descrita a seguir.

Tendo origem a partir da fixação de imigrantes europeus às margens deste rio, Colatina tem sua área urbana dinamizada com a chegada da EFVM, no início do século XX e da construção da ponte Florentino Avidos, na década de 1920. A inauguração da estrada de ferro propiciou comunicação em maior velocidade com Vitória, a capital do estado, qualificando o transporte da produção regional, especialmente de café e madeira. Como consequência, no ano de 1907, Colatina assumiu o posto de sede do município de Linhares.

Já, a construção da ponte sobre o rio Doce, em 1928, foi fator determinante para a consolidação da centralidade do município, à medida que permitiu o histórico intento de superação do limite físico imposto por este rio e favoreceu a reprodução da pequena propriedade familiar nas terras ao norte. Desse modo, naquele momento, Colatina passou a convergir todo o acesso ao norte do estado e a dinamizar a produção de café e madeira, a partir da expansão das lavouras cafeeiras sob as áreas desmatadas (Albani; Miranda, 2013).

A cristalização dessas infraestruturas rodoferroviárias, e a conseqüente consolidação de Colatina como uma cidade-entrepasto logístico, também representou um expressivo movimento de deslocamento populacional e econômico do litoral capixaba para o interior de sua atual região de influência (IJSN, 2022b). Em consequência disso, em meados da década de 1950, a cidade ganhou destaque na rede urbana estadual, sobretudo em decorrência de ser um dos principais polos cafeeiros do país, exercendo influência sobre região que se expandia desde a porção centro-norte do Espírito Santo e adentrava às imediações das Minas Gerais (Teixeira, 1974; Campos Júnior, 2004).

Apesar da expressividade econômica em atividades primárias e extrativistas, paralelamente, Colatina também apresentava proeminência na produção industrial. Como resultado da baixa industrialização do estado do Espírito Santo, municípios do interior com inserção e peso no ciclo econômico cafeeiro, como Colatina e Cachoeiro de Itapemirim, concentravam grande parte dos estabelecimentos de produção industrial em solo capixaba. Em meados da década de 1950, onde chegou a ser um dos mais prósperos municípios do estado, sendo inclusive o mais populoso, Colatina vivenciou o ápice de sua trajetória econômica que, no entanto, seria modificada nas décadas subsequentes (Albani; Miranda, 2013).

A partir da política nacional de integração territorial e da sanção da controversa política de erradicação dos cafezais (Daré, 2010), em meados do século XX, a rede de cidades do estado do Espírito Santo sofreu intensas transformações, que geraram distúrbios nas estruturas regionais estabelecidas a partir de Colatina. Essa nova política desenvolvimentista, fundamentada em bases urbano-industriais, promoveu o deslocamento econômico e populacional para os centros urbanos, sobretudo do litoral capixaba e da Região Metropolitana da Grande Vitória, com maior ênfase em meados da década de 1980, por meio do fortalecimento e da centralização de investimentos siderúrgicos e portuários no então aglomerado urbano de Vitória (Mendonça, 2014). As estratégias por detrás desse rearranjo produtivo perpassaram pelo aprimoramento da infraestrutura logística, da estrutura institucional e pela instalação de empreendimentos industriais de grande porte, como a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), Aracruz Celulose e Samarco Mineração. (Ferreira, 2016).

Nesse sentido, em decorrência desse processo, entre as décadas de 1960 e 2000 ocorreu uma grande emigração da população rural, tendo como destinos principais, o município de Vitória, e, no caso da microrregião Centro-Oeste, a sede urbana do município de Colatina. Aproveitando-se da centralidade econômica proporcionada pelo café, juntamente com o aumento da população urbana, Colatina passou por uma recomposição produtiva, conforme define Campos Junior (2004), diversificando suas atividades econômicas, com destaque para a especialização no setor de comércio e serviços (Albani; Assis, 2020). Portanto, vê-se aí, a partir da recomposição econômica pós-crise do café, um primeiro movimento de persistência de Colatina, enquanto uma das principais centralidades da rede urbana capixaba.

A partir do início do século XXI, ocorreu nova reestruturação da rede de cidades do estado do Espírito Santo, apresentando reflexos nas dinâmicas urbano-regionais de Colatina, sendo, dessa vez, relacionada à economia de petróleo e gás, motivada pela descoberta de reservas de petróleo na camada do pré-sal, no ano de 2006. Desde então, iniciou-se o que tem sido conhecido como um “novo ciclo de desenvolvimento” estadual, que, por sua vez, mantém a hegemonia de um sistema fundamentado na exploração e exportação de *commodities* intensivas em recursos naturais não renováveis (França *et al.*, 2011b; Ferreira, 2016).

A inserção de Colatina na recente dinâmica urbano-regional do Espírito Santo

Conforme apontado por alguns autores (França *et al.*, 2011ab; Villaschi *et al.*, 2011; Mendes *et al.*, 2012; Ruiz *et al.*, 2013; Ferreira, 2016; Zanotelli *et al.*, 2019), sinteticamente, dentre as mudanças que estão sendo engendradas na rede de cidades a partir desse novo ciclo econômico, destaca-se o processo de dinamização urbana e socioeconômica ao longo da costa capixaba, que tem se desdobrado no espraiamento de infraestruturas logísticas (portuárias, rodoviárias e ferroviárias) nos municípios litorâneos, consequentemente resultando naquilo que Ferreira (2016), conceitualmente apoiado em Santos e Silveira (2001), denomina de urbanização corporativa do litoral do ES.

Diante dessa nova organização urbano-regional do estado, e a fim de evidenciar seu caráter de forte concentração econômica, Mendes *et al.* (2012) identificam a BR-101 como referência de análise para subdividir os municípios do Espírito Santo nas porções Leste e Oes-

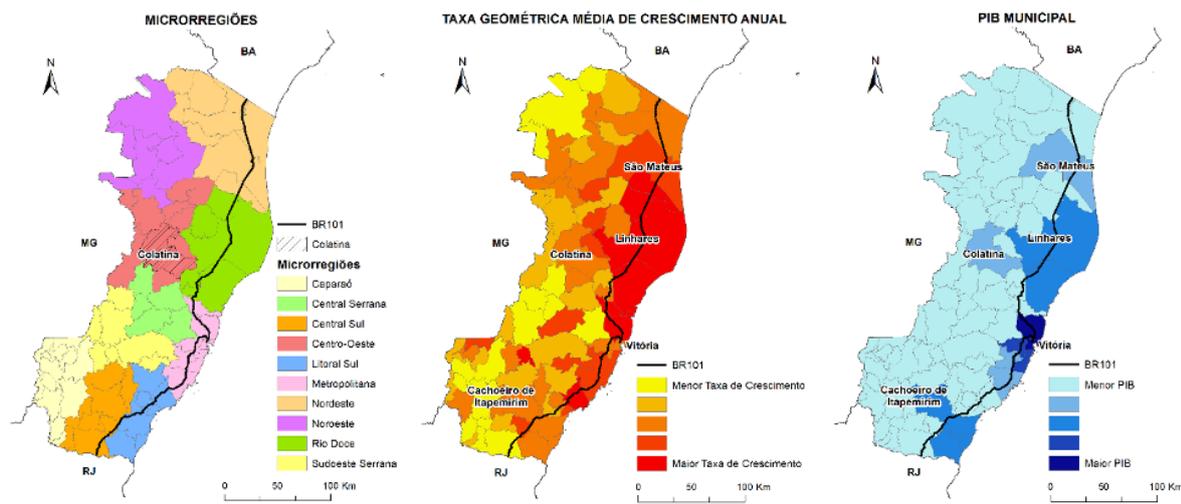


Figura 1
 Divisão do ES a partir da rodovia BR-101 (microrregiões, taxa de crescimento populacional e PIB).
 Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IBGE (2010; 2021); IJSN (2021) e Mendes *et al.* (2012).

te. A Figura 1 a seguir, demonstra que a porção a leste dessa rodovia é aquela econômica e demograficamente mais dinâmica, resultado dos projetos industriais de grande porte e dos arranjos produtivos locais. Em contrapartida, a faixa oeste da BR-101, é enquadrada pelos autores como economicamente mais deprimida, situação que engloba o município de Colatina.

Embora pareça bastante simplificada e, do ponto de vista temporal, relativamente datada, esta categorização proposta por Mendes *et al.* (2012) ainda se mostra pertinente para compreensão da dinâmica urbano-regional estadual na contemporaneidade, conforme apontam estudos recentes desenvolvidos pelo Instituto Jones dos Santos Neves sobre as microrregiões do Espírito Santo (IJSN, 2022a) – apesar de se conjecturar indícios de formação de uma nova distinção entre regiões economicamente mais dinâmicas e regiões deprimidas, sendo dessa vez, estabelecida divisão entre Norte e Sul, respectivamente.

De todo modo, a pesquisa de Mendes *et al.* (2012) permite interpretar e atribuir outra leitura, àquela que é a visão tradicionalmente dada a Colatina, tanto pela literatura acadêmica quanto por estudos de órgãos de planejamento, qual seja, de localidade econômica e demograficamente em processo de estagnação, e de polo regional que mais tem perdido peso relativo na rede urbana estadual desde o início do século XX (Espírito Santo, 2006; França *et al.*, 2011ab; Mendes *et al.*, 2012; IJSN, 2011; Espírito Santo, 2013; IJSN, 2022a).

A fim de melhor compreender esse cenário, assim como a recente dinâmica espacial e socioeconômica

dos municípios capixabas, alguns dados são apresentados e brevemente discutidos a seguir.

Dinâmica demográfica

Entre 2000 e 2010, o estado do Espírito Santo atingiu a taxa de crescimento populacional anual de 1,27%, sendo superior à média nacional, de 1,17%. Segundo Ferreira e Ferreira (2017), as Microrregiões Polo Linhares, Metropolitana, e Litoral Norte apresentaram crescimento anual superior à média do estado, sendo que a primeira apresentou o maior dinamismo no período avaliado, com crescimento anual de 2,08%. Em contrapartida, nesse mesmo período, as Microrregiões polarizadas pelos polos regionais tradicionais do interior do estado, como Colatina e Cachoeiro de Itapemirim, apresentaram crescimento populacional inferior à média do estado, sendo 0,75 e 0,68% respectivamente. Esses dados permitem verificar que houve maior tendência de crescimento médio anual da população entre 2000 e 2010 no litoral do Espírito Santo, salvo algumas exceções do interior do estado.

A análise da taxa de crescimento geométrico anual dos municípios de modo isolado, também corrobora com essa tendência de concentração do crescimento populacional. Dos dez municípios de maior crescimento demográfico entre os anos 2000 e 2010, sete estão situados ou na Região Metropolitana da Grande Vitória ou nas áreas do litoral capixaba. Destes municípios, três se localizam na RMGV (Fundão, Serra e Viana), dois no Litoral Norte (Aracruz e Linhares), e dois no Litoral Sul (Anchieta e Piúma). Com relação ao crescimento dos municípios litorâneos, é perceptível uma tendência de espraiamento urbano nas adjacências da RMGV, que tem se difundido em um processo de metropolização da costa capixaba (Ferreira, 2016), paralelamente à tendência de diminuição do crescimento urbano em municípios do interior (Ferreira; Ferreira, 2017).

Esta dinâmica de concentração demográfica na porção litorânea do estado, juntamente com seu maior dinamismo, é reforçada quando se analisa a taxa de crescimento geométrico da população no intervalo entre os dois últimos censos, ou seja, entre 2010 e 2022. Conforme se observa na Tabela 1, dos dez municípios com maior taxa de crescimento populacional nesse período, cinco estão localizados no litoral sul do estado, como Presidente Kennedy, Itapemirim, Anchieta, Piúma e Marataízes, dois se localizam na RMGV, caso de Serra e Guarapari, um se localiza no litoral norte,

Posição	Município	2000-2010	Posição	Município	2010-2022
-	ES	1,27%	-	ES	0,73%
-	Brasil	1,17%	-	Brasil	0,52%
1º	Fundão	2,73%	1º	Presidente Kennedy	2,20%
2º	Sooretama	2,70%	2º	Itapemirim	2,17%
3º	Serra	2,45%	3º	Anchieta	1,91%
4º	Aracruz	2,39%	4º	Serra	1,86%
5º	Venda Nova do Imigrante	2,38%	5º	Marechal Floriano	1,79%
6º	Jaguapé	2,36%	6º	Piúma	1,75%
7º	Linhares	2,30%	7º	Maratáizes	1,73%
8º	Anchieta	2,23%	8º	Santa Maria de Jetibá	1,65%
9º	Viana	1,98%	9º	Guarapari	1,42%
10º	Piúma	1,92%	10º	Linhares	1,40%
62º	Colatina	-0,08%	25º	Colatina	0,61%

Tabela 1

Taxa Geométrica Média de Crescimento Anual dos municípios do Espírito Santo.

Fonte: Elaborada pelos autores, com dados do IBGE (2000, 2010, 2022).

como Linhares, os dois restantes se situam na porção interiorana do estado, situação de Marechal Floriano e Santa Maria de Jetibá.

Com relação às tendências de distribuição da população segundo classes populacionais para o período pós 2000, de acordo com as informações expostas na Tabela 2, é evidente um cenário de diminuição tanto de contribuição populacional quanto do número de municípios de menor porte no cenário estadual, ou seja, daqueles com população até 20 mil habitantes. Se em 2000, esta classe de municípios possuía 17,9% de participação na população estadual, em 2022, esse percentual diminuiu para 13,4%. Por outro lado, cabe salientar que os municípios de menor porte demográfico ainda possuem importante papel na composição desta rede urbana, à medida que representam 42 do total de 78 municípios do estado, equivalendo a, aproximadamente, 54% deste total.

Situação similar ocorreu com os municípios intermediários (aqueles com população entre 20 mil e 300 mil habitantes), já que, em 2000, esse conjunto representava 50,1% da população estadual, passando a representar 43,2% em 2010 e mantendo este mesmo valor no ano de 2022. No entanto, cabe destacar que, diferentemente dos municípios de população inferior a 20 mil habitantes, os municípios de classificação in-

Classe de tamanho populacional	% de participação na pop. Estadual					
	2000		2010		2022	
	participação na população estadual	Número de municípios	participação na população estadual	Número de municípios	participação na população estadual	Número de municípios
Acima de 300 mil habitantes	32,0%	3	42,7%	4	43,8%	4
Entre 100 mil e 300 mil habitantes	22,4%	4	18,7%	5	18,8%	5
Entre 20 mil e 100 mil habitantes	27,7%	24	24,5%	27	24,4%	27
Entre 10 mil e 20 mil habitantes	14,4%	32	11,5%	30	11,4%	32
Até 10 mil habitantes	3,5%	14	2,6%	12	2,0%	10
Total	100%	77	100%	78	100%	78

Tabela 2

Evolução do percentual de participação na população e número de municípios, segundo classe de tamanho. Fonte: Elaborada pelos autores, com dados do IBGE (2000, 2010, 2022).

termediária aumentaram em quantidade, saltando de 28, em 2000, para um total de 32, em 2022, o que equivale a, aproximadamente, 41% do total.

Especial atenção merece ser dada aos municípios com população entre 100 mil e 300 mil habitantes, os quais representam os polos regionais estaduais, como Cachoeiro de Itapemirim, Linhares, São Mateus e Colatina. Apesar de ter se notado que o percentual de população concentrada nestes municípios teve um crescimento pouco expressivo na última década, saltando de 18,7% para 18,8% entre 2010 e 2022, respectivamente, de maneira isolada, estes municípios apresentaram a segunda maior taxa de crescimento geométrico populacional anual, neste mesmo período (crescimento de 0,84% ao ano), sendo inferior somente ao valor apresentado pelos municípios de população superior a 300 mil habitantes (0,95% ao ano).

Para o caso dos polos regionais, a média de crescimento só não foi superior, possivelmente, devido ao decréscimo populacional apresentado por Cachoeiro entre 2010 e 2022, o qual, ao perder 3762 habitantes, apresentou a maior evasão de habitantes dentre todos os municípios capixabas. Paralelamente a isso, encabeçaram o crescimento desta categoria de municípios os polos regionais litorâneos, como Linhares e

São Mateus, cuja taxa de crescimento geométrico foi de 1,4% ao ano e 1,05% ao ano, respectivamente, sendo superior à média nacional e estadual para o período entre 2010 e 2022. Outro aspecto que chama a atenção é que estes dois municípios angariaram o maior acréscimo populacional externo à RMGV, sendo que Linhares aumentou sua população em 25.645 habitantes, e São Mateus, em 14.557 habitantes, neste mesmo intervalo temporal. É bastante provável que a dinamização destes locais tenha ocorrido em função da expressiva quantidade de investimentos anunciados em seu território, possibilitados por seu maior vínculo à cadeia economia hegemônica do estado, voltada para as atividades de petróleo e gás natural, em conjunto com forte processo de industrialização.

Paralelamente, quando se analisa maior intervalo temporal, ou seja, a partir do ano 2000, chama atenção o movimento de significativo aumento da participação na população estadual dos municípios de maior porte. Se em 2000, os municípios com população superior a 300 mil habitantes possuíam 32% do montante estadual, em 2022, este percentual chegou a 43,4%. Tem-se apresentado, portanto, uma tendência crescente de concentração demográfica nos municípios da área core metropolitana, como Vitória, Serra, Vila Velha e Cariacica, reforçando que a intensidade do fluxo migratório para esta área tem mantido a tendência das décadas anteriores, especialmente pós projeto de industrialização do estado (França *et al.*, 2011a), demonstrando que o processo de metropolização da Grande Vitória ainda parece estar em curso. Este fato é reforçado à medida que, na última publicação da pesquisa Regiões de Influência das Cidades 2018 (REGIC 2018) (IBGE, 2020), Vitória foi classificada como uma Metrópole. Em síntese, com relação à dinâmica demográfica estadual nas últimas décadas, foi possível observar maior distanciamento entre os maiores e os menores municípios, reforçando aspectos de desigualdade.

No bojo desse processo, Colatina tem seguido o cenário observado nos municípios intermediários da porção interiorana. Ou seja, mesmo se mantendo entre as últimas décadas como um dos principais polos regionais, Colatina apresentou entre 2000 e 2010 o pior desempenho entre este estrato de municípios, e um dos cenários mais negativos em comparação com o restante do estado, ao apresentar taxa negativa de crescimento (-0,08%). No entanto, apesar do baixo dinamismo populacional de Colatina neste intervalo, este dado precisa ser relativizado em razão do processo de emancipação de Governador Lindenberg do território colatinense.

Taxa Geométrica Média de Crescimento Anual					
Posição	Município	2000-2010	Posição	Município	2010-2022
-	ES	1,27%	-	ES	0,73%
-	Brasil	1,17%	-	Brasil	0,52%
7º	Linhares	2,30%	10º	Linhares	1,40%
11º	São Mateus	1,88%	16º	São Mateus	1,05%
31º	Cachoeiro de Itapemirim	0,83%	69º	Cachoeiro de Itapemirim	-0,17%
62º	Colatina	-0,08%	39º	Colatina	0,61%

Tabela 3

Taxa Geométrica Média de Crescimento Anual de Municípios Polos Regionais do Espírito Santo. Fonte: Elaborada pelo autor, com dados do IBGE (2000, 2010, 2021).

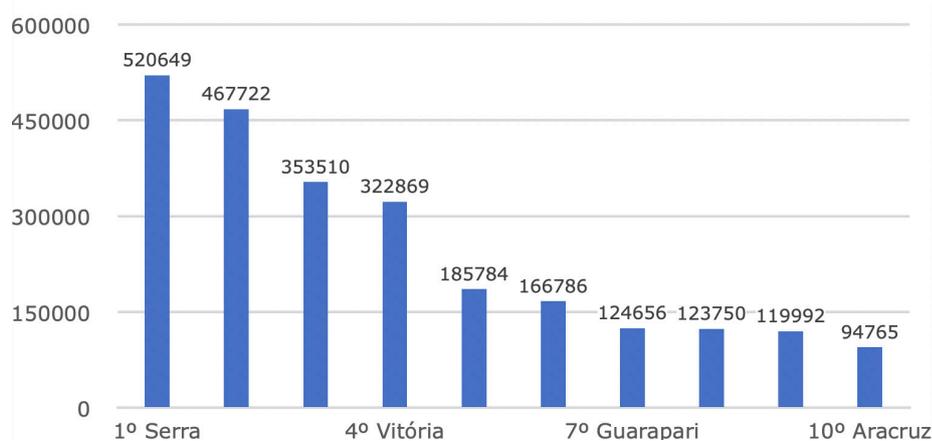


Figura 2

Ranking dos 10 municípios mais populosos do ES em 2022. Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IBGE (2022).

No período entre 2010 e 2022, conforme apontado na Tabela 3, foi possível constatar alguma recuperação deste município, neste quesito. Ao apresentar taxa de crescimento de 0,61% ao ano, sendo, inclusive, superior à média nacional, Colatina figurou como o 39º município de maior crescimento no estado, posição muito superior à do intervalo anterior. Apesar disso, ressaltase que, quando comparado com os demais polos regionais, o desempenho de Colatina ainda foi muito abaixo das médias apresentadas por Linhares e São Mateus. Na realidade, dentre esta categoria de municípios, polos regionais estaduais, o crescimento de Colatina foi superior somente ao de Cachoeiro de Itapemirim, município que, conforme apresentado anteriormente, obteve a maior evasão populacional do estado.

Indo além, podemos notar a consecutiva queda de Colatina no *ranking* dos municípios mais populosos do estado. Ao passar de 6º município mais populoso no ano 2000, para o 9º mais populoso, em 2022, Colatina perdeu essas posições para Linhares, Guarapari e São

Mateus. Aparentemente, isso se deve à maior inserção dos outros municípios nas dinâmicas econômicas do terceiro grande ciclo de desenvolvimento econômico estadual, o que tem corroborado para o aumento do número de migrantes nestes locais, conforme apontado por Zanotelli et. al. (2019), e resultado no “aquecimento” do mercado imobiliário.

Dinâmica econômica

Conforme exposto em tópicos anteriores, a passagem de uma economia regional fundamentada em bases rurais para uma economia de bases urbano-industriais, se deu por meio de mudanças socioespaciais que remodelaram a dinâmica regional capixaba. Desse modo, a área economicamente mais dinâmica deixou de ser interiorizada para retomar um vetor de crescimento que segue o sentido norte-sul, junto à faixa litorânea entre a especulada nova frente portuária de Presidente Kennedy, no sul do estado, se estendendo às áreas do litoral norte de Linhares e São Mateus.

2019		2018		2002	
Serra	18,8%	Vitória	18,6%	Vitória	26,6%
Vitória	15,7%	Serra	18,3%	Serra	16,7%
Vila Velha	9,4%	Vila Velha	8,9%	Vila Velha	10,2%
Cariacica	7,4%	Cariacica	6,9%	Cariacica	6,0%
Linhares	4,6%	Presidente Kennedy	4,9%	Aracruz	5,2%
Aracruz	3,9%	Linhares	4,7%	Cachoeiro de Itapemirim	4,4%
Presidente Kennedy	3,9%	Itapemirim	4,1%	Linhares	3,4%
Marataízes	3,8%	Aracruz	3,9%	Anchieta	2,7%
Cachoeiro de Itapemirim	3,6%	Cachoeiro de Itapemirim	3,5%	Colatina	2,5%
Itapemirim	3,5%	Colatina	2,5%	São Mateus	1,7%

Figura 3
10 maiores participações no PIB Estadual (%) – 2002, 2018 e 2019.
Fonte: JSN (2021).

Segundo Ferreira e Ferreira (2017) e Zanotelli et al. (2019), essa área é estruturada por um corredor logístico e industrial voltado para a siderurgia, setor mecânico, celulose, energia e transportes articulado, em escala próxima, aos novos e antigos complexos portuários e infraestruturais da RMGV e, em escala distante, aos complexos minerários e agrícolas da região mineradora de Minas Gerais e do Centro-Oeste brasileiro (Barborsa, 2010). Desse modo, esta condição socioeconômica tem se refletido em dois principais resultados, sendo eles: a manutenção da histórica concentração espacial e da concentração setorial da dinâmica econômica capixaba (Ferreira, 2016).

Assim, ao analisarmos os dados do PIB estadual de 2019, fornecidos pelo Instituto Jones dos Santos Ne-

ves (IJSN) (IJSN, 2021) junto a Figura 3, observa-se que os quatro municípios de maior participação no PIB do estado (Serra, Vitória, Vila Velha e Cariacica) situam-se na RMGV. Estes mesmos municípios ainda concentram mais da metade do montante estadual (51,3%). Apesar de ainda se observar uma grande concentração econômica na região metropolitana, segundo o IJSN (2021) é possível notar alguns sinais de redução desse processo nas últimas décadas, visto que estes municípios concentravam, em 2002, 59,4% do PIB.

Se Ferreira e Ferreira (2017), constataram que na década de 2000 a 2010, houve intensificação da concentração econômica na RMGV, o mesmo não pode ser dito no período entre 2010 e 2019, haja vista a microrregião Metropolitana ter concentrado 58,47% do PIB estadual em 2010, para possuir, em 2019, 55,28%. O que se observou ainda, nesta última década, ao contrário do constatado pelos autores supracitados na primeira década deste século, foi um relativo maior crescimento econômico das microrregiões do interior não litorâneo, à medida que todas aumentaram sua participação no PIB do estado, com exceção da microrregião Central-Sul, polarizada por Cachoeiro de Itapemirim.

Pode-se, desse modo, dizer que o Espírito Santo tem seguido um processo de “desconcentração concentra-

Percentual de participação no PIB Estadual		
Microrregiões	2010	2019
Metropolitana	58,47%	55,28%
Litoral Sul	12,11%	13,12%
Rio Doce	9,93%	9,73%
Central Sul	5,21%	5,2%
Centro-Oeste	3,93%	4,92%
Nordeste	3,6%	3,73%
Caparaó	1,81%	2,16%
Sudoeste Serrana	1,67%	1,99%
Noroeste	1,96%	1,96%
Central Serrana	1,32%	1,91%

Tabela 4

Percentual de participação das microrregiões na população estadual (2010 a 2019). Fonte: Elaborada pelo autor, com dados do IJSN (2010, 2021).

da” de sua economia, do ponto de vista espacial. Isso porque, paralelamente à tendência de diminuição da participação da região metropolitana, nota-se ainda, uma expressiva concentração econômica na porção litorânea, visto que as três microrregiões com maior participação no PIB estadual (Metropolitana, Litoral Sul e Rio Doce), concentram juntas, 78,13% da economia capixaba.

Já, o interior não litorâneo do estado, composto em sua maior parte por municípios de pequeno e médio porte, ainda se encontra fortemente vinculado à agropecuária modernizada, principalmente àquela voltada para a cafeicultura; ao desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs) de empresas do setor moveleiro, de vestuário, alimentício e de rochas ornamentais; além de serviços urbanos como educação e saúde mais especializadas e comércio, que, por sua vez, se inserem principalmente em cidades de porte médio e em polos regionais, como Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Linhares, São Mateus, Aracruz e Nova Venécia (Mendes *et al.*, 2012).

Entretanto, apesar do interior não litorâneo capixaba ter se diversificado do ponto de vista econômico (sobretudo na agricultura), principalmente quando comparado com a porção litorânea, alguns municípios, como Nova Venécia e São Domingos do Norte, têm apresentado crescimento econômico vinculado a atividades de baixo valor agregado, a exemplo da extração de mármore e granito. Estas atividades tendem a acentuar a dependência do estado da utilização de recursos naturais não renováveis, uma estratégia socioeconômica que tem contribuído para manutenção das assimetrias econômicas, sociais e territoriais no espaço urbano-regional do Espírito Santo (Mendes *et al.*, 2012; IJSN, 2022a).

Com relação à distribuição territorial dos investimentos previstos para o estado do Espírito Santo, a Figura 04, desenvolvida por Santos (2023), demonstra a ampla concentração dos acumulados entre os anos 2002 e 2026 nas microrregiões situadas no litoral. Se as microrregiões Polo Linhares – posteriormente transformada em microrregião Rio Doce –, Metropolitana e MetrÓpole Expandida Sul – sucedida pela microrregião Litoral Sul –, se destacaram positivamente em termos de valores previstos, a microrregião polarizada por Colatina – atualmente microrregião Centro-Oeste –, de modo contrário, se enquadrou, nos dois períodos analisados, na classe que atraiu o menor montante previsto, isto é, valores inferiores a R\$ 10 bilhões.

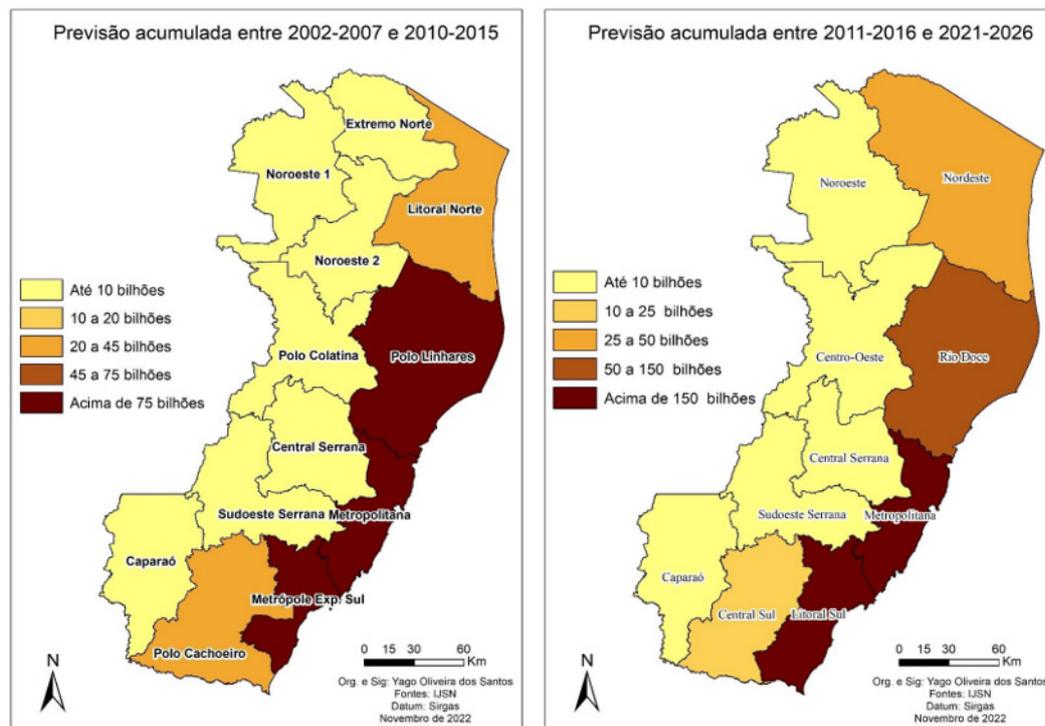


Figura 4

Investimentos públicos e privados previstos acumulados entre 2002 e 2021.

Fonte: Elaborada por Santos (2023).

Este mapeamento desenvolvido por Santos (2023) demonstra um cenário de cisão econômica que atinge não somente o estado do Espírito Santo, mas, ainda, a região Norte. Com isso, reforça-se o fato das microrregiões voltadas para o litoral estarem mais fortemente inseridas no circuito econômico de maior vulto do estado, o que tem se traduzido no maior dinamismo destas localidades, ao contrário do que ocorre com o interior do estado, e, conseqüentemente, com os pólos regionais tradicionais como Colatina.

As microrregiões do interior, assim como evidenciou Santos (2023) em sua pesquisa, permanecem em situação de maior incipiência neste contexto. Como exemplo, a microrregião polarizada por Colatina (Centro-Oeste), assegurou somente 2,3% dos investimentos no período analisado pelo autor.

Além disso, se, por um lado, estas microrregiões situadas no litoral receberam o maior volume dos investimentos, por outro, apresentam menor diversidade setorial destes aportes quando comparadas com outras microrregiões. Há, pois, maior concentração dos investimentos em pouco setores. No caso da microrre-

gião Litoral Sul, 99,68% dos investimentos anunciados se concentram no setor industrial, dos quais, 75,66% situam-se nas indústrias extrativas. Na microrregião Rio Doce, em situação semelhante, 96,66% dos investimentos se dão na indústria, com destaque para os segmentos de construção (52,94%) – sobretudo na área de logística portuária –, para as indústrias de transformação (29,48%) e para as indústrias extrativas (13,72%) (IJSN, 2024).

No caso das microrregiões do interior não-litorâneo, apesar de também se notar predomínio do setor industrial, há maior participação do setor de comércio, serviços e administração pública. A microrregião Centro-Oeste, isto é, aquela polarizada por Colatina, por exemplo, possui a expectativa em receber R\$ 480 milhões em investimentos neste segmento, o que representa 21,18% de sua carteira. Nesta microrregião, além dos investimentos rodoviários, destacam-se aqueles voltados para a saúde, sobretudo com a construção do novo Hospital Regional de Colatina, investimento de ordem pública com valor estimado em R\$ 230 milhões (IJSN, 2024).

Assim, é possível constatar que os investimentos que atingem a porção não-litorânea do estado possuem um perfil distinto daqueles situados no litoral. São mais pulverizados, não se concentram em poucos setores e possuem grande participação do poder público.

Para Dota e Ferreira (2023), as transformações do regime de organização espacial e produtiva do capital, no âmbito da reestruturação produtiva, que incidiram sobre Espírito Santo, a partir da década de 1990, refletiram na dispersão territorial da produção industrial para áreas externas à região metropolitana de Vitória. Estas plantas industriais que se dispersaram, sobretudo pelo território da costa litorânea, revelam uma importante característica do estado frente a este novo período econômico: “[a] inserção subordinada do Espírito Santo na divisão social do trabalho no âmbito nacional e internacional”, à medida que “o estado recebe as plantas produtivas, mas, as decisões, os controles e as gestões do capital estão fora nas grandes metrópoles nacionais como São Paulo e Rio de Janeiro” (Dota; Ferreira, 2023, p. 7-8).

A Figura 05 demonstra um comparativo da distribuição territorial das principais plantas industriais e projetos logísticos (porto-industriais) instaladas ao longo do século XX e após o ano 2000. Podemos, desse modo, constatar que, se no primeiro recorte temporal as indústrias estavam mais fortemente concentradas na

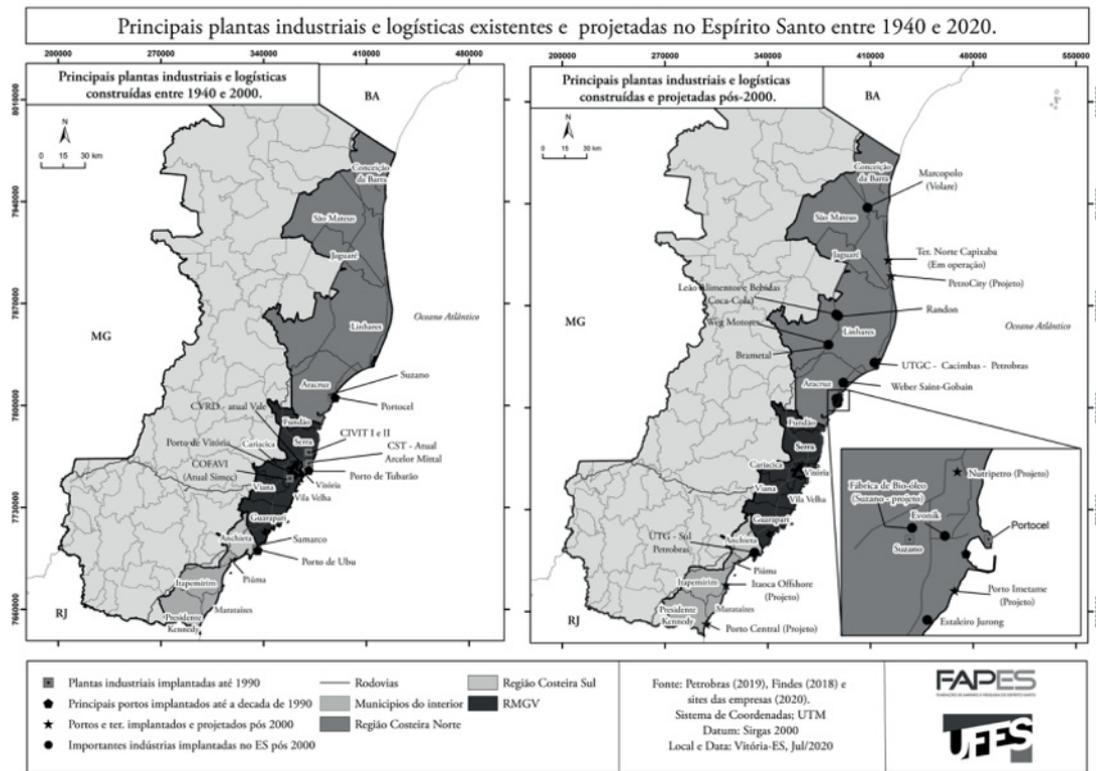


Figura 5
Plantas industriais e logísticas segundo período de implantação ou projeto no Espírito Santo, 1940-2020. Fonte: Elaborada por Dota e Ferreira (2023).

RMGV, no presente século houve sua dispersão pelo interior, concentrando-se nas microrregiões litorâneas, sobretudo no Litoral Norte, com destaque para Aracruz, São Mateus e Linhares, conforme já apontamos com base em Dota e Ferreira (2023).

As Figuras 04 e 05 expõem que a maior presença dos empreendimentos de grande porte nas microrregiões litorâneas tem refletido em seu maior dinamismo socioeconômico e demográfico nas últimas décadas, em comparação com o restante do estado. De acordo com a previsão dos investimentos para os próximos anos, apresentada pelo IJSN (2024), pode-se inferir que essa tendência permanecerá e, inclusive, poderá ser intensificada, aprofundando, desse modo, as desigualdades intrarregionais.

O papel de Colatina na estruturação recente da rede urbana do Espírito Santo

Ao analisar a rede e a hierarquia urbana capixaba, é preciso considerar, conforme apontado por Ruiz *et al.* (2013), que ela tem se mostrado reflexo de suas raí-

zes socioeconômicas históricas, remontando ao período de implantação dos projetos industriais de grande porte. Esta rede é caracterizada por Ruiz *et al.* (2013) como rígida e extremamente hierarquizada, já que “as estruturas produtivas municipais são muito especializadas e as taxas de crescimento setorial, por mais variadas que sejam, não favorecem a desconcentração” (Ruiz *et al.*, 2013, p. 118).

Esta condição tem refletido em uma rede urbana que concentra poucos municípios de maior hierarquia, e um grande número de municípios pequenos e médios, resultando em um território extremamente polarizado, com ampla diferenciação socioeconômica (Ruiz *et al.*, 2013). A título de exemplo, recuperando os termos cunhados por Milton Santos (Santos, 1994; Santos; Silveira, 2001) poderia se dizer que, na rede urbana capixaba, predominam as relações “verticais” em detrimento das “horizontais”, que se referem à maior cooperação, solidariedade e a um efetivo desenvolvimento endógeno entre os municípios.

A fim de compreender a atual configuração da rede urbana do Espírito Santo a partir do papel que Colatina assume no novo grande ciclo econômico estadual, mostra-se pertinente lançar o olhar para o estudo Regiões de Influência das Cidades (REGIC), do IBGE. O REGIC tem por objetivo delinear a hierarquia dos centros urbanos e suas respectivas regiões de influência, estabelecendo critérios para a qualificação das Cidades e das relações entre elas. A hierarquia das cidades proposta pelo REGIC, perpassa pela análise em termos de gestão e comando de atividades empresariais, gestão pública e de polarização de bens e serviços. As regiões de influência são delimitadas em função do alcance de comando e atratividade que cada centralidade estabelece sobre sua área subordinada (IBGE, 2020).

Desse modo, a rede urbana aqui referida (Figura 06) é definida pelo REGIC como “região de influência da Metrópole Vitória”. Essa rede abrange a totalidade do estado capixaba, avança para a porção do Sul da Bahia, em que divide polarização com Salvador, e também para o leste de Minas Gerais, compartilhando área de influência com Belo Horizonte. De acordo com o estudo, a rede de Vitória possui um total de 85 cidades, onde se destacam, em nível superior, a própria Metrópole Vitória, e em nível inferior, a Capital Regional Cachoeiro de Itapemirim e os Centros Sub-Regionais de Colatina, Linhares e São Mateus, no Estado do Espírito Santo, e de Teixeira de Freitas, na Bahia (IBGE, 2020).

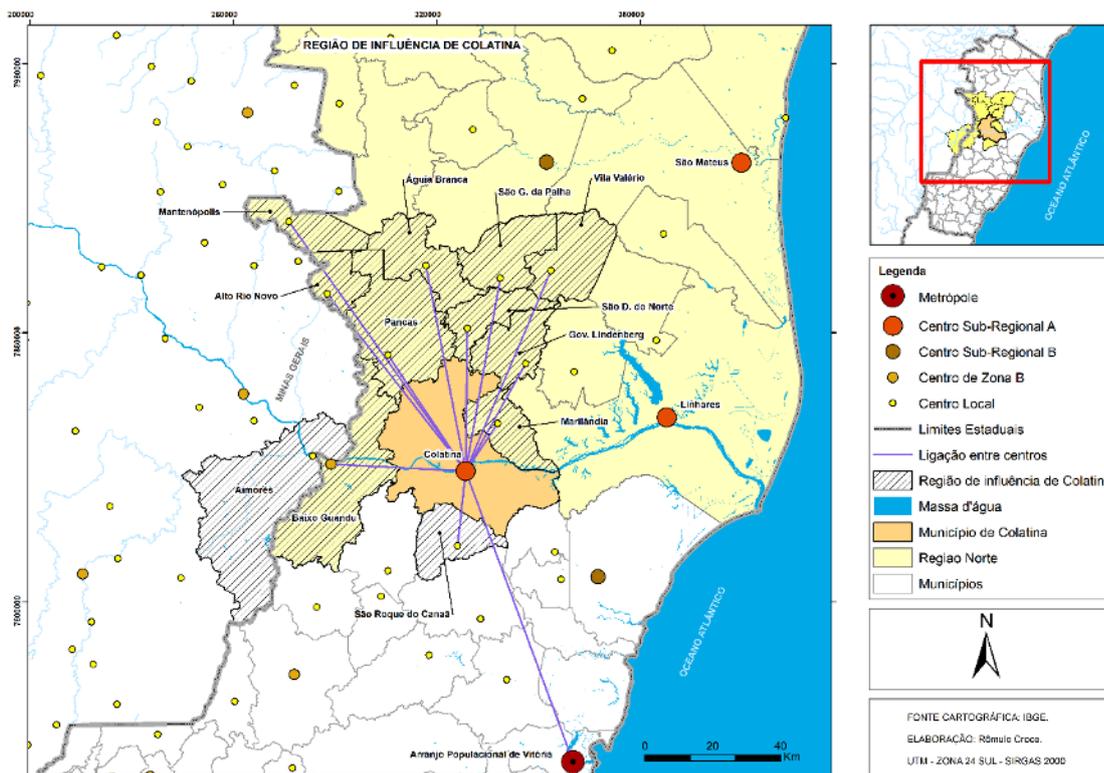


Figura 6
Região de Influência de Colatina/ES. Fonte: Elaborado pelos autores com dados do IBGE (2020).

Como a rede urbana atual do Espírito Santo ainda tem forte articulação com o processo de industrialização (Ferreira, 2016), sendo, desse modo, ancorada nos polos que se urbanizaram a partir deste processo, justifica-se a posição de destaque dos municípios citados no parágrafo anterior. No entanto, também é possível notar uma tendência de projeção de novas centralidades regionais que, de acordo com Ferreira (2016), têm se beneficiado da nova dinâmica econômica do Estado, do fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs) e da cadeia de petróleo e gás. Esse fato justifica a posição de Aracruz, Guarapari e, ainda, de Nova Venécia, enquanto Centros Sub-Regionais de nível B, segundo o estudo do IBGE (2020).

O município de Colatina é classificado pelo IBGE (2020) como um Centro Sub-Regional A. Segundo o IBGE (2020), um Centro Sub-Regional possui atividades de gestão menos complexas que uma Metrópole ou Capital Regional, porém de maior complexidade do que Centros de Zona e Centros Locais, permitindo-lhes polarizar uma determinada região de influência. São, portanto, características que remetem ao papel desempenhado por cidades médias em uma determinada rede urbana.

A região de influência de Colatina, em 2018, era composta por doze municípios, sendo uma das mais expressivas do Espírito Santo, com polarização que avançava, inclusive, para o Leste de Minas Gerais .

Percebe-se que a rede polarizada por Colatina, é marcada por ampla fragmentação e assimetrias, onde é possível constatar ausência de centros intermediários, à medida que os demais municípios que a compõem são caracterizados como centros locais (IBGE, 2020). Há, assim, uma extrema dependência desses municípios para com Colatina, devido principalmente à concentração dos serviços de saúde e educação especializada, em detrimento do restante da região. Tais características, que reforçam um movimento centrípeto de desenvolvimento, configuram uma incipiente e fragmentada rede urbana, sendo reflexo de uma deficiente divisão territorial do trabalho (Corrêa, 1989).

Outro aspecto que chama atenção na análise da dinâmica de Colatina na rede urbana estadual, diz respeito à constatação do aumento de sua área de polarização na última década. De modo mais específico, segundo a publicação de 2008 (IBGE, 2008), Colatina, que também era classificada naquele momento como um Centro Sub-Regional A, polarizava região composta por nove municípios, sendo todos eles capixabas. Ou seja, conforme a publicação de 2020 (IBGE, 2020), Colatina, além de permanecer com o mesmo peso na rede urbana estadual ao ser classificada novamente como um Centro Sub-Regional, acrescenta à sua região de influência, mais três municípios, possuindo influência que extrapola os limites estaduais.

Essa situação torna-se ainda mais singular, ao menos para o cenário capixaba, pois tende a contrariar o cenário de relativa estagnação socioeconômica atribuído a Colatina pelos estudos acadêmicos e governamentais publicados nos últimos anos, e até mesmo pelos dados econômicos e demográficos apresentados nos tópicos anteriores. A expansão da influência regional de Colatina, toma maior proporção quando se considera que outras cidades médias de peso similar na rede urbana estadual, mas que, pela literatura, são consideradas em franco dinamismo socioeconômico por estarem diretamente inseridas no principal circuito econômico do estado, não apresentaram o mesmo movimento, caso de Linhares e São Mateus. Assim, conforme apontado pelos REGIC de 2007 (IBGE, 2008) e 2018 (IBGE, 2020), chama atenção o fato de tanto Linhares quanto São Mateus, não terem apresentado crescimento em sua área de influência regional. Desse modo, os dois municípios supracitados se

mantêm estabilizados, capitaneado uma rede de cidades composta por dois municípios, como é o caso de Linhares, e de sete municípios, situação de São Mateus. Apesar disso, é relevante considerar que, a despeito de permanecer polarizando a mesma quantidade de municípios, Linhares apresentou evolução em sua hierarquia urbana, sendo classificada anteriormente como um Centro Sub-Regional B, e, agora, como um Centro Sub-Regional A.

Com base na contextualização apresentada sobre a inserção de Colatina na dinâmica urbano-regional do Espírito Santo, alguns apontamentos precisam ser feitos a partir das informações levantadas.

Apesar da baixa quantidade de estudos que tratem da rede urbana do Espírito Santo, sobretudo a partir de seu novo ciclo econômico, a maior parte dessa produção é desenvolvida por instituições do poder público que, muitas vezes, tem sido desprovida de análise crítica, transversal e que considere aspectos mais voltados às vocações sociais e culturais do território capixaba. Desse modo, para chegar à conclusão do iminente processo de estagnação socioeconômica de Colatina e, conseqüentemente, de sua região de influência, a literatura tradicional tem se apoiado, especialmente, em dados econômicos de cunho estatístico, que, no entanto, podem obscurecer elementos de ordem social e subjetiva que compõem dinâmicas de urbanização.

Tais publicações ainda se articulam a um viés escalar estadual, que coloca lado a lado, em termos de comparação, municípios que se inserem em distintos contextos de urbanização. Como exemplo, existem casos de municípios que se inserem em dinâmicas urbanas sob maior influência do processo de metropolização e outros, sob menor ou nenhuma influência, apresentando processos urbanos e socioeconômicos notadamente distintos e que muitas vezes não conseguem ser captados e comparados a partir desse tipo de informação estatística. Além disso, o problema de análises estritamente em escala regional é que, muitas vezes, podem invisibilizar dinâmicas próprias de escalas menores, como a local e a microrregional, cuja compreensão tem ampla importância para o estabelecimento de políticas públicas de âmbito territorial mais eficazes.

Como exemplo, Ferreira e Ferreira (2017), citam o caso do Extremo Norte do Espírito Santo, microrregião que, segundo França *et al.* (2011a), apresentou sinais de estagnação socioeconômica em razão do

baixo PIB e de incipiente crescimento no setor primário estadual. Entretanto, a despeito deste desanimador cenário baseado em indicadores estatísticos apresentado por França *et al.* (2011) para esta microrregião, Ferreira e Ferreira (2017) lançam luz sobre outra realidade para o Extremo Norte Capixaba, ao destacarem os processos de gestão eficazes que tem sido implementados no município de Mucuri, mesmo com fortes limitações orçamentárias, tornando-se referência para municípios vizinhos, como Ponto Belo e Montanha. Junto a isso, há que se mencionar as ações comuns entre municípios desta microrregião, que têm se desdobrado em processos complexos de cooperação regional, dando luz, por exemplo, à Associação dos Municípios para o Desenvolvimento Sustentável do Extremo Norte Capixaba – Consórcio Prodnorte, sendo estas, ações que permitem compreender as lacunas que envolvem análises exclusivamente estatísticas e de viés monoescalar.

Portanto, partindo-se do pressuposto de que os processos e dinâmicas de diferenciação socioespacial se manifestam de maneira distinta em cada escala, como apontou Corrêa (2007), faz-se necessário, para uma compreensão mais profícua da dinâmica urbano-regional do Espírito Santo – e por que não, do Brasil –, o desenvolvimento de estudos cuja abordagem privilegie as particularidades de cada escala de análise de modo integrado, e não separadamente, pois cada escala revela sua própria dinâmica socioespacial.

Nesse sentido, parece que lançar olhar para a trajetória de Colatina considerando, única e rigidamente, sua inserção em escala que abranja a dinâmica regional do Espírito Santo, torna inviável compreender a complexidade das interações espaciais estabelecidas por e com este município. Isso porque, segundo Sposito (2004, p. 184): “as novas relações que se estabelecem no contexto da rede urbana [...] não são mais, apenas, hierárquicas, mas são, também, de complementaridade e de sinergia e inovação”. Portanto, a compreensão dos motivos que levaram ao movimento de expansão da influência regional de Colatina, mesmo este município estando na região menos dinâmica do estado, seria possível por meio de uma análise multiescalar, que busque compreender os papéis que este município assume nas distintas escalas da rede urbana.

Fatores de ordem histórica também precisam ser iluminados de modo a explicarem a manutenção do destaque conquistado por esse município desde o século XX, como sua posição estratégica no escoamento lo-

gístico do norte do Espírito Santo e do leste de Minas Gerais (Albani; Miranda, 2013). Desse modo, a compreensão das vantagens locacionais que se articulam às demandas locais, regionais e globais podem ser fatores que contribuem para a resistência de Colatina.

Assim, mesmo não sendo a pretensão deste artigo encontrar respostas concretas para esse e outros processos ligados à inserção de Colatina na dinâmica urbano-regional capixaba, pode-se inferir que a trajetória da centralidade desse município se situa naquilo que Serpa (2011) denomina como “brechas espaciais”. Serpa usa esse termo para reconhecer a existência de distintos processos de desenvolvimento urbano, com características próprias, o que parece ser oportuno para ilustrar o modo como a centralidade de Colatina tem mantido sua importância na rede urbana estadual.

No entanto, é possível afirmar que, se de um lado, a leste da BR 101, a cadeia produtiva de petróleo e gás natural tem conduzido a um processo de espraiamento e fragmentação da mancha urbana ao longo do litoral capixaba; de outro, a oeste dessa rodovia, tem sido possível observar um movimento de concentração urbana nos polos regionais tradicionais Cachoeiro de Itapemirim e Colatina. Esse movimento de urbanização concentrada pode estar relacionado com a recente manutenção da primazia urbana de Colatina, sendo este, um dos fatores que podem limitar um desenvolvimento mais equânime da rede urbana do Centro-Oeste capixaba. Corrêa (1989, p. 17-18), reforça essa hipótese ao apontar que “o subdesenvolvimento é associado à existência de primazia urbana”, visto que forças econômicas atuam de forma concentrada em um único centro urbano que, desse modo, tende a drenar a renda fundiária regional. Assim, segundo Corrêa (1989), a rede urbana liderada por uma cidade primaz é classificada como desequilibrada.

Considerações finais

O estudo desenvolvido buscou demonstrar como as reestruturações econômicas que atingem espaços locais, regionais e nacionais tendem a ganhar materialidade e revelar, espacialmente, seus conflitos e contradições por meio da rede urbana, sendo esta, reflexo da própria sociedade. Considerando o aumento da importância das cidades intermediárias na estruturação desta rede, mostra-se relevante lançar olhar para as dinâmicas atreladas a esses locais enquanto importante caminho para elucidar aspectos ligados à frag-

mentação e à desigualdade socioespacial em contexto regional. A fim de sintetizar as reflexões desenvolvidas neste artigo, e buscando fornecer um panorama da atual conjuntura dos processos socioespaciais da rede urbana do Espírito Santo, apresenta-se abaixo algumas tendências e apontamentos.

Tratando-se primeiramente da rede urbana estadual, foi possível observar que ela ainda se mantém arraigada às suas raízes históricas, sendo extremamente hierarquizada e fragmentada, concentrando poucos municípios de maior hierarquia e um grande número de municípios pequenos e médios. Nota-se tendência de permanência do crescimento demográfico e econômico nos municípios litorâneos, sendo que parte desses municípios têm reforçado suas articulações com a RMGV, mantendo-se a possibilidade de espraiamento urbano em suas adjacências, que tem se difundido em um crescente processo de metropolização da costa capixaba.

Apesar de se constatar relativa perda de peso socioeconômico da RMGV e um tímido crescimento das microrregiões do interior, a microrregião metropolitana ainda mantém sua hegemonia estadual, ao concentrar a maior parte da economia, da população e dos centros de comando do novo ciclo desenvolvimentista capixaba. Constatou-se, ainda, que os municípios mais populosos do estado aumentaram ainda mais sua concentração populacional, com destaque para os municípios de porte médio situados no litoral e, especialmente, para aqueles que compõem a RMGV. Paralelamente a isso, o percentual de participação dos municípios pequenos no montante demográfico do estado tem diminuído, nas últimas duas décadas.

Quanto ao papel de Colatina na dinâmica urbano-regional capixaba, a análise socioeconômica em escala estadual reafirmou o que a literatura acadêmica e governamental tem evidenciado sobre este município, ou seja, que se trata de um dos polos regionais que mais tem perdido peso relativo na rede urbana. Percebeu-se, no entanto, que essa escala pode obscurecer processos urbanos típicos de escalas inferiores, e, por efeito, inviabilizar a compreensão dos processos que levaram à manutenção do histórico destaque regional de Colatina. Como exemplo, ao lançar olhar sobre a escala da região de influência de Colatina, percebeu-se aumento do número de localidades polarizadas com relação aos anos anteriores. Trata-se de um movimento singular, que contrapõe as expectativas colocadas para esse município, visto não fazer parte dos principais circuitos econômicos estaduais. Ainda

chama atenção o fato de que nem mesmo as demais cidades médias estaduais, sob forte dinamismo socioeconômico, apresentaram esse crescimento.

O artigo também demonstrou que, se de um lado, tem se confirmado a tendência de expansão das dinâmicas e da mancha urbana a leste da BR 101, ao longo do litoral capixaba; de outro, a oeste dessa rodovia, observa-se um movimento de concentração urbana nos polos regionais tradicionais, como Colatina. Assim, notou-se que esse movimento de urbanização concentrada pode estar associado à manutenção da primazia urbana de Colatina, justificando seu destaque na hierarquia urbana. Esse processo também tem demonstrado que a rede urbana do Espírito Santo ainda se mantém desequilibrada e desigual. Além disso, apesar de não ser objetivo esgotar esse assunto, fica evidente que a trajetória de Colatina pode ser enquadrada dentro de um contexto de “brechas espaciais”, visto possuir características singulares dentro da realidade urbano-regional do Espírito Santo. Sua compreensão, portanto, pode revelar características da rede urbana capixaba até então pouco debatidas.

Agradecimentos

Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo – FAPES e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, pelo auxílio financeiro e bolsa de estudos, como subsídios à pesquisa que resultou neste artigo.

Referências

ALBANI, V. *Trajetória do crescimento da cidade de Colatina* (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

ALBANI, V.; MIRANDA, C. L. *Cidade de Colatina, ES: A resiliência de umacidade entreposto*. In: Anais do IV Colóquio Internacional Sobre o Comércio e Cidade: Uma Relação de Origem. Anais... Uberlândia, 2013.

ALBANI, V.; ASSIS, L. C. *A forma urbana e a produção do espaço: um estudo sobre a expansão urbana de Colatina, ES*. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, 3(42), 77-100, 2020.

BARBOSA, I. B. M. *O lugar no contexto das redes globais: o Pólo Industrial de Anchieta, ES - Uma paisagem em transformação* (Tese de doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BATELLA, W. B. A formação histórica da rede urbana “próxima” e sua inserção nas redes urbanas “distantes”: análise de Teófilo Otoni/MG. In: OLIVEIRA, H. C. M.; CALIXTO, M. J. M. S.; SOARES, B. R. (Eds.). *Cidades médias e região* (p.281-313). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

BRENNER, N. *Reestruturação, reescalamento e a questão urbana*. Geosp – Espaço Tempo, São Paulo, p.198-220, 2013.

BRENNER, N.; SCHMID, C. *Towards a new epistemology of the urban?* City, 19(2-3), 151-182, 2015. <http://dx.doi.org/10.1080/13604813.2015.1014712>.

CALIXTO, M. J. M.; OLIVEIRA, H. C. M.; SOARES, B. R. Cidade média e região: notas introdutórias. In: OLIVEIRA, H. C. M.; CALIXTO, M. J. M. SOARES, B. R. (Eds.). *Cidades médias e região* (p.11-18). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

CAMPOS JÚNIOR, C. T. *A formação da centralidade de Colatina*. Vitória: IHGES, 2004.

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. São Paulo: Editora Ática S.A, 1989.

_____. *Rede urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado*. Revista Cidades, 1(1), 65-78, 2004. <https://doi.org/10.36661/2448-1092.2004v1n1.12530>.

_____. *Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais*. Revista Cidades, v. 4, n. 6, 2007, p. 62-72.

_____. *Estudos sobre a rede urbana*. (2ª ed.) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

DARÉ, R. A. *“crise” do café e a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo* (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

DOTA, E. M.; FERREIRA, F. C. *Dinâmica econômica e urbano-regional no Espírito Santo: reestruturação produtiva e deslocamentos populacionais*. EURE, v. 49, n. 146, p. 1-22, 2023.

ESPÍRITO SANTO (Estado). *Espírito Santo 2025: Plano de desenvolvimento*. Vitória, 2006.

_____. *Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2030 – ES 2030*. Vitória, 2013.

FERREIRA, G. A. C. *A lei no plano e o plano na lei: Convergências, divergências e silêncios na constituição do território corporativo capixaba* (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

FERREIRA, G. A. C.; FERREIRA, G. L. *Dinâmica urbano regional do Espírito Santo: uma trajetória marcada pela intensificação das relações globalizadas*. In: Anais do VIII Seminário Internacional Sobre Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul, 2017.

FRANÇA, C. J.; JÚNIOR, A. P. O.; SENA, N. Z.; RODRIGUES, V. M. *Espírito Santo: Dinâmica urbano-regional do estado*. In: PEREIRA, Rafael H. M. e FURTADO, Bernardo A. (Eds.). *Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces* (p.225-261). Brasília: IPEA, 2011a.

FRANÇA, C. J.; SANTOS, M. A.; COSTA, M. B.; RODRIGUES, V. M. *A indústria do petróleo e as transformações na rede urbana: os casos do Rio de Janeiro e do Espírito Santo*. In: PEREIRA, Rafael H. M; FURTADO, Bernardo A. (Eds.). *Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces* (p.135-142). Brasília: IPEA, 2011b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico de 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. *Regiões de Influência das Cidades 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. *Censo Demográfico de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. *Regiões de Influência das Cidades 2018*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

_____. *Censo Demográfico de 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). *Investimentos anunciados e concluídos no Espírito Santo (2023-2028)*. Vitória: IJSN, 2024.

_____. *Plano de Desenvolvimento da Rede de Cidades no Estado do Espírito Santo*. Vitória: IJSN, 2011.

_____. *Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios – 2019*. Vitória: IJSN, 2021.

_____. *Desenvolvimento Regional Sustentável*. Recuperado em 11 de abril de 2022, de: <http://www.ijsn.es.gov.br/drs/>, 2022a.

_____. *Sumário executivo: microrregião Centro-Oeste*. Vitória, IJSN, 2022b.

LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MENDES, A. S.; VILLASCHI, A.; FELIPE, E. S. *Elementos caracterizadores da concentração econômica no Espírito Santo*. Recuperado em 04 de julho de 2023, de <https://economics-pixaba.wordpress.com/2012/08/02/elementos-caracterizadores-da-concentracao-economica-no-espírito-santo/>, 2012.

MENDONÇA, E. M. S. *Habitação e grandes empreendimentos: marcos da expansão urbana de Vitória na década de 1960*. *Urbana – Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade*, 6(1), 298-312, 2014.

MONTE-MÓR, R. L. M. *Modernities in the Jungle: Extended Urbanization in the Brazilian Amazonia* (Tese de doutorado). University of California, Los Angeles, 2004.

MORAES, C. *Como nasceram as cidades no Espírito Santo*. [S.l.: s.n.], 1954.

RUIZ, R. M.; AFONSO, M. A. C.; DOMINGUES, E. P.; SANTOS, F.; GRASSI, R. A. *A rede de cidade do Espírito Santo: polarização e desafios para as políticas públicas*. *Revista Geografias*, (15), 98-138, 2013. <https://doi.org/10.7147/GEO15.5558>.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meiotécnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M., SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Y. O. *Novos arranjos dos movimentos migratórios no município de Cachoeiro de Itapemirim (ES)*. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023.

SERPA, A. Lugar e Centralidade em um context metropolitano. In CARLOS, A. F. A., Souza, M. L., SPOSITO, M. E. B. (Eds.) *A Produção do Espaço Urbano, agentes e processos, escalas e desafios* (p-97-107). São Paulo: Contexto, 2011.

SPOSITO, M. E. B. *O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades do estado de São Paulo* (Tese de Livre Docência). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

_____. *Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana*. In: SPOSITO, Maria E. B. (Eds.). *Cidades médias: espaços em transição*. (p.233-253). São Paulo: Expressão Popular, 2007.

STEIBERGER, M.; BRUNA, G. C. *Cidades médias: elos do urbano-regional e do público-privado*. In: ANDRANDE, T. A.; SERRA, R. V. (Eds.). *Cidades medias brasileiras* (p.35-77). Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

TEIXEIRA, F. (1974). *Colatina ontem e hoje* [S.l.: s.n.], 1974.

VILLASCHI, A; FELIPE E. S.; OLIVEIRA, U. J. *Ampliação e aprofundamento do Segundo ciclo da economia e recuperação da legitimidade do Governo Estadual*. In: VILLASCHI, Arlindo (Eds.). *Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento*. Vitória: Flore Cultura, 2011.

ZANOTELLI, C. L.; DOTA, E. M.; FERREIRA, F. C.; RODRIGUES, R. M. *Bacia urbano-regional do petróleo: a zona costeira do Espírito Santo associada ao estado do Rio de Janeiro*. *Confins – Revue franco-brésilienne de géographie*, (41), 2019. <https://doi.org/10.4000/confins.21754>.